

## **DESATANDO OS “NÓS” DA TRANSIÇÃO ESCOLAR: ESCUTAS, PRÁTICAS E POSSIBILIDADES ODS 4 (Educação de Qualidade)**

Tatiane dos Santos Victal da Silva (Universidade de Taubaté)  
Prof. Dr. Cesar Augusto Eugenio (Universidade de Taubaté)

### **Resumo**

Este artigo, de abordagem qualitativa e interpretativa, tem como objetivo analisar os desafios que permeiam a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, a partir da perspectiva de professores envolvidos nesse processo. A pesquisa fundamenta-se em uma revisão de literatura e na análise de documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Essa abordagem permitiu identificar pontos de ruptura e continuidade que caracterizam as mudanças na prática docente durante essa etapa de transição. Cabe ressaltar que não foram realizadas entrevistas ou coletas de dados empíricos, uma vez que o estudo se baseia exclusivamente em fontes secundárias previamente publicadas. A análise permitiu identificar três eixos temáticos centrais que se configuram como os principais 'nós' dessa transição. O primeiro eixo, a descontinuidade das práticas pedagógicas, discute como a transição muitas vezes acarreta uma ruptura no modo de ensinar e aprender, evidenciando como práticas pedagógicas desconectadas entre etapas podem comprometer a experiência das crianças. O segundo eixo, as tensões entre concepções de infância e escolarização, explora como as diferentes visões sobre a criança e seu papel na escola influenciam o processo de transição. Por fim, o terceiro eixo, os desafios da formação docente, examina as lacunas e as necessidades de aprimoramento na formação dos professores para que possam atuar de forma mais sensível e articulada na mediação dessa transição. A revisão de literatura evidencia a importância da escuta ativa dos professores e da criação de estratégias institucionais que promovam uma articulação efetiva entre as etapas, garantindo uma transição mais integrada, acolhedora e sensível às necessidades das crianças. O estudo contribui para o debate sobre as políticas educacionais e as práticas pedagógicas, sugerindo caminhos para uma transição escolar mais fluida e respeitosa. Para aprofundar a compreensão sobre os sentidos atribuídos à transição, propõe-se como desdobramento uma pesquisa empírica com docentes da rede pública, visando investigar as suas implicações pedagógicas de maneira aprofundada.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Ensino Fundamental; Práticas pedagógicas; Transição escolar;

## **Introdução**

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental constitui um momento decisivo na trajetória escolar das crianças. Mais do que uma simples mudança de etapa, trata-se de um processo complexo que envolve dimensões pedagógicas, afetivas, institucionais e políticas. Essa passagem, muitas vezes marcada por rupturas metodológicas e simbólicas, exige atenção dos profissionais da educação, das famílias e das políticas públicas, pois impacta diretamente o modo como a criança se relaciona com o conhecimento, com os adultos e com seus pares.

Historicamente, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental foram concebidos como etapas distintas, com objetivos, metodologias e concepções de infância próprias. Enquanto a Educação Infantil valoriza o brincar, a escuta e a construção de vínculos, o Ensino Fundamental tende a priorizar o conteúdo, a avaliação e a lógica escolar formal. Essa cisão, como apontam Kramer (2007) e Oliveira (2010), pode gerar insegurança, desmotivação e dificuldades de adaptação para as crianças, especialmente quando não há articulação entre os profissionais das duas etapas.

Nos últimos anos, documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) têm buscado promover princípios de continuidade e integração entre as etapas da educação básica. No entanto, como destaca Mainardes (2018), ainda persiste uma lacuna entre o discurso oficial e as práticas escolares, revelando tensões que atravessam o cotidiano das instituições.

Segundo Barbosa (2013, p. 45), “a transição escolar não é um evento, mas um processo que envolve múltiplos sujeitos, tempos e espaços”. A autora destaca que essa passagem não deve ser vista como um simples deslocamento físico ou administrativo, mas como um processo complexo que exige articulação entre as etapas e respeito às especificidades da infância, o que reforça a necessidade de práticas pedagógicas sensíveis e integradas.

Diversos estudos têm apontado que essa passagem entre etapas é frequentemente atravessada por rupturas que envolvem desde a organização do tempo e do espaço escolar até as concepções de infância e de ensino que orientam o trabalho docente.

Esses desafios, aqui compreendidos como “nós” da transição, exigem atenção especial, sobretudo no que diz respeito ao papel dos professores, que vivenciam cotidianamente os efeitos dessas mudanças e são protagonistas na mediação entre as etapas.

Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios que envolvem a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, com foco nas práticas pedagógicas, nas concepções de infância e na formação docente. A partir de uma revisão de literatura, foram identificados três eixos temáticos que configuram os “nós” desse processo: a transição como processo, o olhar dos professores e as políticas públicas. Ao valorizar a perspectiva docente, busca-se compreender como os professores vivenciam e significam esse momento, reconhecendo-os como mediadores fundamentais entre os mundos da infância e da escolarização.

A escolha pela revisão de literatura como estratégia metodológica se justifica pela possibilidade de analisar discursos e práticas docentes já sistematizados, ampliando a compreensão dos desafios da transição escolar sem recorrer à coleta empírica.

A relevância do tema se justifica na necessidade de se promoverem práticas pedagógicas que respeitem as especificidades da infância e garantam uma passagem mais fluida entre as etapas. Para isso, o artigo está estruturado em quatro seções, a saber: revisão de literatura, método, resultados e discussão, e considerações finais.

### **Revisão da literatura**

Esta revisão de literatura foi organizada para contextualizar a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental no cenário educacional brasileiro, abordando os principais conceitos e autores que fundamentam o debate. A estruturação segue uma progressão lógica, iniciando com a transição como um processo multifacetado, passando pela análise das concepções de infância e, por fim, discutindo a formação docente como elemento central para a mediação desse processo.

Desta forma, a revisão de literatura foi organizada em três eixos principais, que serão abordados a seguir: 1. A transição como processo: entre continuidade e ruptura;

2. O olhar dos professores: entre práticas e concepções; e 3. Políticas públicas e documentos orientadores.

### **1. A transição como processo: entre continuidade e ruptura**

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental não deve ser compreendida como um evento pontual, mas como um processo que envolve múltiplos sujeitos, tempos e espaços (Barbosa, 2013, p. 30). Essa passagem exige articulação entre as etapas, respeitando as especificidades da infância e promovendo uma continuidade pedagógica que favoreça o desenvolvimento integral das crianças.

Como destaca Rosemberg (2012, p. 113), “a transição escolar deve ser pensada não apenas como passagem administrativa, mas como experiência vivida pelas crianças, que exige sensibilidade institucional”. Essa perspectiva exige das instituições uma postura acolhedora e responsiva, capaz de reconhecer os sentidos que as crianças atribuem às mudanças que vivenciam.

Segundo Kramer (2007, p. 45), “a antecipação de conteúdos formais no início do Ensino Fundamental pode gerar uma ruptura com a lógica do brincar, da ludicidade e da escuta, que são pilares da Educação Infantil”. Essa descontinuidade afeta não apenas as crianças, mas também os professores, que enfrentam o desafio de adaptar suas práticas a exigências curriculares muitas vezes desconectadas da realidade dos alunos.

Corsaro (2011, p. 23), ao tratar da sociologia da infância, reforça que “as crianças constroem significados sociais a partir das interações que vivenciam”. Assim, mudanças abruptas na rotina escolar, na linguagem pedagógica e nas expectativas de desempenho podem gerar insegurança e resistência, dificultando a adaptação ao novo contexto.

No próximo eixo temático, trataremos dos desafios enfrentados pelos professores na mediação da transição escolar. Ao explorar suas concepções de infância, ensino e aprendizagem, buscamos compreender como essas visões influenciam suas práticas pedagógicas e revelam as tensões entre o que é previsto nas políticas educacionais e o que é vivenciado no cotidiano da escola. A análise aprofunda-se na formação inicial e continuada desses profissionais, evidenciando

como a preparação docente pode ser decisiva para favorecer a construção de pontes entre as etapas de ensino.

## **2. O olhar dos professores: entre práticas e concepções**

A transição escolar não é um desafio apenas para as crianças, mas também para os professores. Muitos educadores se veem em um conflito interno, divididos entre a pressão institucional para priorizar a alfabetização e o letramento e a sua própria percepção da infância, que valoriza o brincar, o tempo e as vivências das crianças.

Os professores ocupam um lugar central na mediação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, sendo protagonistas na construção de pontes ou na vivência de rupturas que marcam esse processo de transição. Suas concepções sobre infância, ensino e aprendizagem influenciam diretamente as práticas pedagógicas adotadas, revelando tensões entre o que se espera institucionalmente e o que se vivencia no cotidiano escolar.

De um lado, a escola (e muitas vezes a família) exige resultados imediatos. O Ensino Fundamental é visto como a etapa "séria" da educação, onde a criança precisa se adequar a uma rotina mais formal, com horários fixos e conteúdos curriculares rígidos. O professor, então, se sente cobrado a transformar a criança, tirando-a do universo lúdico da Educação Infantil para inseri-la rapidamente na lógica escolar. Isso gera a sensação de que é preciso abandonar o que foi construído anteriormente para focar em uma nova forma de ensinar e aprender.

Do outro lado, o próprio professor, especialmente se tem formação em Pedagogia, sabe que o desenvolvimento infantil é um processo contínuo e que a brincadeira é uma ferramenta fundamental de aprendizagem. Ele compreende que a criança aprende de forma diferente, por meio de experiências e interações, e que apressar a alfabetização pode prejudicar o interesse e a autonomia dela.

Esse embate entre o que ele acredita e o que o sistema exige pode gerar ansiedade e uma sensação de desamparo, pois ele precisa "navegar" entre essas duas realidades, buscando um equilíbrio que nem sempre é fácil de encontrar. Esse conflito evidencia a necessidade de mais diálogo e articulação entre as etapas.

Quando não há uma ponte, o professor do Ensino Fundamental pode acabar reproduzindo uma prática que desconsidera as vivências da Educação Infantil, contribuindo para a descontinuidade do processo educativo da criança.

Segundo Oliveira (2010, p. 89), “os professores são agentes fundamentais na construção de pontes entre os mundos da infância e da escolarização”, e suas práticas são atravessadas por múltiplos sentidos, afetos e saberes. A formação docente, nesse contexto, não se limita à aquisição de saberes técnicos, mas envolve a construção de uma identidade profissional sensível às especificidades da infância (Tardif, 2002, p. 36).

A formação continuada, nesse sentido, deve promover espaços de escuta, diálogo e ressignificação das práticas, permitindo que os professores se reconheçam como mediadores de experiências significativas e respeitadas para as crianças. Valorizar essa dimensão identitária é essencial para que a transição escolar seja conduzida com sensibilidade, coerência e compromisso com os direitos da infância.

Apesar disso, a formação inicial oferecida nos cursos de Pedagogia ainda negligencia essa temática, tratando a transição como um aspecto periférico da prática docente. Isso contribui para que muitos profissionais cheguem à escola sem subsídios teóricos e metodológicos para lidar com os desafios dessa passagem.

Além disso, estudos como os de Campos (2011) e Machado (2015) indicam que a transição escolar é vivenciada de forma distinta por professores de diferentes etapas, o que evidencia a necessidade de diálogo entre os profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A ausência de espaços institucionais para esse diálogo também contribui para a fragmentação das práticas e para a manutenção de concepções dicotômicas sobre o desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, o olhar dos professores sobre os “nós” da transição revela não apenas os desafios pedagógicos, mas também as lacunas formativas e estruturais que atravessam o sistema educacional. Valorizar essa escuta e promover espaços de reflexão coletiva são passos fundamentais para construir uma trajetória escolar mais integrada, respeitosa e coerente com as necessidades das crianças.

No terceiro eixo temático, analisaremos o papel das políticas públicas e dos documentos normativos na condução da transição escolar. A discussão evidencia os avanços e limitações das diretrizes oficiais, destacando a distância entre o discurso

normativo e as práticas efetivas nas escolas, especialmente no que diz respeito à escuta das crianças e à articulação entre etapas.

### **3. Políticas públicas e documentos orientadores**

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental tem sido objeto de atenção nas políticas educacionais brasileiras, especialmente após a ampliação da obrigatoriedade da escolarização a partir dos quatro anos de idade (Brasil, 2013). Documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhecem a importância de garantir uma passagem respeitosa, planejada e articulada entre as etapas.

As DCNEI (Brasil, 2010) destacam que a transição deve preservar os princípios da Educação Infantil, como o respeito às experiências infantis, o brincar como eixo estruturante e a valorização das interações. Já a BNCC (Brasil, 2017), ao propor uma progressão contínua de competências, busca alinhar os objetivos de aprendizagem entre os campos de experiência da Educação Infantil e os componentes curriculares do Ensino Fundamental.

Mainardes (2018, p. 58) aponta que “a implementação da BNCC tem gerado tensões nas escolas, especialmente pela tentativa de alinhar objetivos de aprendizagem sem considerar as especificidades locais e culturais”. Essa padronização curricular, embora busque garantir equidade, pode desconsiderar os contextos singulares em que as escolas estão inseridas, limitando a autonomia docente e a valorização das práticas pedagógicas construídas a partir das realidades vividas.

Embora documentos oficiais mencionem a importância da escuta das crianças, essa dimensão ainda é pouco efetivada nas práticas escolares. Muitas vezes, as decisões pedagógicas são tomadas sem considerar os interesses, os saberes e os modos de expressão das crianças, o que compromete a construção de uma transição verdadeiramente acolhedora e participativa.

Além disso, a ausência de políticas públicas que incentivem práticas InterEtapas (como projetos integrados, encontros pedagógicos e acompanhamento conjunto) evidencia uma lacuna na efetivação da transição como processo contínuo.

Dessa forma, é possível perceber que, embora haja avanços normativos, os “nós” da transição escolar persistem, revelando a necessidade de ações mais concretas e contextualizadas que promovam uma articulação real entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Essa revisão da literatura forneceu o referencial teórico necessário para a compreensão dos principais desafios e possibilidades da transição escolar, subsidiando a análise dos discursos docentes e das práticas pedagógicas. Com base nesses pressupostos, a presente pesquisa descreve, na seção seguinte, a metodologia utilizada para a coleta e a análise dos dados.

## **Método**

Este artigo, de caráter qualitativo, adotou uma abordagem interpretativa para analisar as nuances da transição escolar. O estudo se baseou na análise de documentos oficiais e na revisão de literatura especializada, buscando construir uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados na prática educativa. A escolha por esta metodologia se justifica por sua capacidade de investigar o fenômeno em sua complexidade, permitindo a análise de discursos e práticas já sistematizados por outros autores.

O material foi coletado e categorizado a partir de um processo de busca em bases de dados acadêmicas, utilizando critérios de inclusão e exclusão predefinidos. A seleção incluiu obras de referência em educação infantil, sociologia da infância e formação docente, com autores como Barbosa (2013), Corsaro (2011), Kramer (2007), Oliveira (2010), cujas contribuições são amplamente reconhecidas no campo. Além da literatura acadêmica, foram analisados documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), para compreender como a transição escolar é abordada nas políticas públicas.

Por outro lado, foram excluídos materiais que não tratavam diretamente do tema, mesmo que relacionados à educação, bem como fontes sem revisão por pares, como notícias de jornal ou blogs (exceto se fossem documentos oficiais de políticas públicas). Artigos e obras que replicavam o conteúdo de outras fontes já selecionadas também foram desconsiderados.

A análise dos textos foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar convergências, tensões e lacunas nas abordagens sobre a transição escolar e o papel dos professores. A partir de critérios de relevância teórica e recorrência temática, foram construídas categorias analíticas que sustentam a discussão proposta.

A construção do organograma conceitual e parte da redação foram apoiadas pelo Microsoft Copilot, utilizado como recurso auxiliar para a sistematização dos eixos temáticos e o aprimoramento da linguagem acadêmica. Todas as saídas geradas por IA foram submetidas à análise crítica e validadas pelo orientador.

Essa abordagem metodológica, baseada em fontes secundárias, permitiu uma compreensão ampliada dos desafios da transição escolar e apontou caminhos para futuras investigações empíricas. Com base na metodologia adotada, a análise teórica será apresentada na seção seguinte, organizada em três eixos temáticos que funcionam como categorias de análise para aprofundar a compreensão sobre os “nós” da transição escolar.

## **Resultados e discussão**

A análise da literatura nos permitiu identificar três eixos temáticos que configuram os principais “nós” da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: (1) a descontinuidade das práticas pedagógicas, (2) a tensão entre concepções de infância e escolarização, e (3) os desafios da formação docente para atuar nesse processo.

O primeiro eixo temático trata da transição escolar como um processo que envolve articulações entre tempos, espaços e sujeitos. A análise foca nas continuidades e rupturas que marcam esse percurso, evidenciando como práticas pedagógicas desconectadas entre etapas podem comprometer a experiência das crianças. A transição é compreendida aqui como um fenômeno que exige planejamento, escuta e sensibilidade institucional. Autores como Kramer (2007) e Oliveira (2010) apontam que essa mudança abrupta pode gerar insegurança e desmotivação nas crianças, especialmente quando não há diálogo entre os profissionais das duas etapas.

Enquanto a Educação Infantil reconhece a criança como sujeito de direitos, ativa e produtora de cultura (Corsaro, 2011), o Ensino Fundamental tende a valorizar

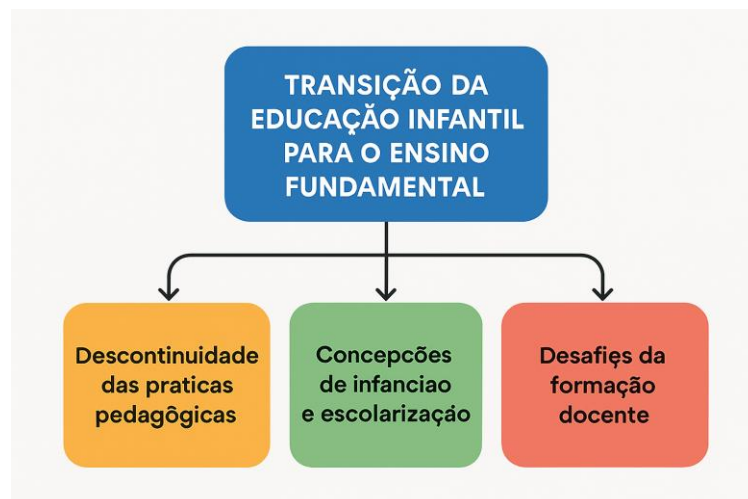
a criança como estudante em formação, com foco no desempenho acadêmico. Essa tensão revela uma lacuna na articulação curricular e na compreensão do desenvolvimento infantil como processo contínuo. Assim, o segundo eixo diz respeito ao olhar dos professores nesse contexto, tornando-o fundamental para mediar expectativas institucionais e necessidades reais das crianças, sendo atravessado por concepções de infância, ensino e aprendizagem que nem sempre dialogam entre si.

Já o terceiro eixo temático discute os desafios enfrentados pelos professores no processo de transição escolar, com foco na formação inicial e continuada. A análise também considera o papel das políticas públicas e dos documentos normativos na condução desse processo. Barbosa (2013) destaca que muitos docentes não se sentem preparados para lidar com as especificidades da transição, seja por falta de formação inicial adequada ou por ausência de espaços de formação continuada que promovam o diálogo entre etapas. A literatura também evidencia que a transição escolar é pouco abordada nos cursos de Pedagogia, o que contribui para a fragilidade das práticas.

Esses achados revelam que a transição entre etapas não é apenas uma questão de calendário escolar, mas envolve dimensões pedagógicas, afetivas e institucionais que precisam ser consideradas na construção de políticas públicas e propostas formativas. A articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental exige uma abordagem integrada, que respeite as especificidades de cada etapa sem perder de vista a continuidade do processo educativo.

Para sintetizar visualmente os principais achados da revisão teórica, elaborou-se um organograma conceitual que representa os três eixos estruturantes da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental (Figura 1). Esses eixos emergem como categorias analíticas recorrentes nos estudos revisados, revelando tensões que atravessam o cotidiano escolar e impactam diretamente a experiência das crianças.

Figura 1 – Eixos da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental



Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em Gasparone & Tassoni (2022), Menezes et al. (2022) e documentos normativos, modelos adaptados durante interlocução com Copilot.

A análise dos três eixos temáticos demonstrados na Figura 1 revela que esses elementos estão profundamente interligados. A forma como a transição escolar é concebida e vivenciada pelas crianças depende diretamente das práticas pedagógicas adotadas pelos professores, que, por sua vez, são atravessadas por suas concepções de infância e pelas diretrizes institucionais que orientam o trabalho docente.

As políticas públicas e os documentos normativos, embora proponham princípios de continuidade e escuta, ainda enfrentam desafios em sua efetivação, especialmente quando não dialogam com as realidades locais e com os saberes construídos na prática.

A descontinuidade das práticas pedagógicas evidencia rupturas metodológicas entre as etapas, muitas vezes marcadas por uma antecipação de conteúdos e pela introdução precoce de lógicas escolares formais. Já as concepções de infância e escolarização revelam disputas simbólicas sobre o lugar da criança na escola, ora vista como sujeito de direitos, ora como aluno em formação. Por fim, os desafios da formação docente apontam para a necessidade de políticas formativas que contemplem as especificidades da transição, promovendo uma escuta qualificada e uma prática pedagógica sensível às singularidades da infância.

Portanto, os resultados apontam para a urgência de ações integradas que promovam o diálogo entre etapas, valorizem a escuta das crianças e reconheçam a transição escolar como um processo contínuo e coletivo. Superar os “nós” que ainda marcam esse percurso é essencial para construir trajetórias escolares mais respeitadas e coerentes com os direitos da infância.

### **Considerações Finais**

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é um processo que envolve múltiplas dimensões, sendo elas: pedagógicas, afetivas, institucionais e políticas, impactando diretamente a trajetória escolar das crianças. Com base na revisão de literatura realizada neste artigo, foram identificados três grandes eixos que configuram os principais “nós” desse processo: a descontinuidade das práticas pedagógicas, a tensão entre concepções de infância e escolarização, e os desafios da formação docente.

Os estudos analisados revelam que, embora haja avanços nas políticas públicas e nos documentos orientadores, como a BNCC e as DCNEI, ainda persiste uma lacuna entre o discurso normativo e as práticas escolares. A escuta dos professores, protagonistas da mediação entre etapas, mostra-se essencial para compreender os sentidos atribuídos à transição e para construir propostas pedagógicas mais integradas e sensíveis às necessidades das crianças.

A análise dos discursos docentes e das diretrizes normativas evidencia também a necessidade de políticas formativas que promovam o diálogo entre etapas, valorizem a escuta das crianças e respeitem os tempos da infância como eixo estruturante da transição escolar. Garantir uma transição respeitosa é, portanto, uma forma de promover equidade e assegurar os direitos das crianças à educação de qualidade.

Este estudo, ao reunir e problematizar diferentes perspectivas teóricas sobre a transição escolar, oferece subsídios para a construção de práticas mais sensíveis e integradas, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre a transição escolar, destacando a importância de valorizar o olhar docente como fonte legítima de conhecimento. Como desdobramento, propõe-se a realização de uma pesquisa empírica com professores da rede pública de ensino, com o objetivo de aprofundar a

compreensão sobre os sentidos atribuídos à transição escolar e suas implicações nas práticas pedagógicas. Especificamente, busca-se: (1) identificar como os docentes percebem e vivenciam o processo de transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental; (2) analisar as estratégias pedagógicas utilizadas para promover a continuidade entre as etapas; e (3) compreender os desafios enfrentados pelos professores no contexto institucional e formativo.

A metodologia prevista para essa investigação inclui a realização de questionários e entrevistas semiestruturadas com professores que atuam nos anos finais da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além de uma possível análise documental de projetos pedagógicos, planos de ensino ou registros escolares que abordem a transição. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de captar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, valorizando a escuta como princípio ético e epistemológico.

Espera-se que os resultados da pesquisa empírica contribuam para o fortalecimento de políticas formativas que promovam o diálogo entre etapas, incentivem práticas pedagógicas sensíveis às singularidades da infância e reconheçam o papel dos professores como agentes fundamentais na construção de uma transição escolar mais integrada, acolhedora e equitativa.

Além disso, os achados poderão subsidiar gestores e formuladores de políticas públicas na elaboração de diretrizes que respeitem os tempos e os modos de ser criança, ampliando o compromisso das instituições com uma educação de qualidade desde os primeiros anos escolares, sem deixar de lado também os princípios do ODS 4.

#### **Referências**

BARBOSA, M. C. S. *Transição da educação infantil para o ensino fundamental: desafios e possibilidades*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 28–45, jan./abr. 2013.

BARBOSA, M. C. S. *Educação infantil: conhecimento e identidade*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2009.

CAMPOS, M. M. A transição da educação infantil para o ensino fundamental: uma questão de política educacional. In: ROSEMBERG, F.; MACHADO, A. R. (org.). *Educação infantil: muitos olhares*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 97–112.

CORSARO, W. A. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GASPARONE, M.; TASSONI, E. M. *A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: desafios e possibilidades*. Revista Educação em Foco, v. 25, n. 2, p. 45–62, 2022.

KRAMER, S. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, M. L. de A. *A criança e o conhecimento: repensando a educação infantil*. São Paulo: Papirus, 2003.

MACHADO, A. R. *A transição da educação infantil para o ensino fundamental: entre políticas públicas e práticas escolares*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 234–251, jan./abr. 2015.

MAINARDES, J. *A BNCC e os currículos escolares: tensões e desafios*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 34, n. 1, p. 57–73, jan./abr. 2018.

MENEZES, L. M.; SILVA, R. A.; COSTA, M. F. (Orgs.). *Infâncias e escolarização: perspectivas críticas*. São Paulo: Cortez, 2022.

MICROSOFT. *Copilot*. Ferramenta de inteligência artificial utilizada como apoio metodológico. Disponível em: <https://copilot.microsoft.com>. Acesso em: 26 ago. 2025.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2010.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. *Práticas pedagógicas na transição entre etapas da educação básica*. v.96, n. 245, p. 89–104, 2015.

ROSEMBERG, F. A transição da educação infantil para o ensino fundamental. In: BRASIL. *Educação infantil: subsídios para construção de uma proposta pedagógica*. Brasília: MEC/SEB, 2009. p. 151–167.

ROSEMBERG, F. A transição da educação infantil para o ensino fundamental: uma experiência vivida pelas crianças. In: CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.(org.). *Infância e educação infantil: políticas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 113–128.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.